

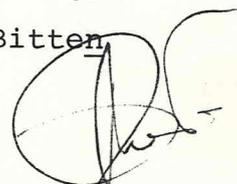
Ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

0001 Aos dezoito (18) dias do mês de setembro do ano
0002 de mil novecentos e oitenta e cinco (1985), às 09:00 horas,
0003 no auditório do Ministério das Relações Exteriores, Palácio
0004 do Itamaraty, foi aberta pelo Ministro de Estado do Desen
0005 volvimento Urbano e Meio Ambiente, Presidente do Conselho
0006 Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, Dr. Flávio Peixoto da
0007 Silveira, a 6ª Reunião Ordinária do CONAMA, com a presença
0008 dos seguintes membros conselheiros: do Secretário Execu
0009 tivo do CONAMA, Dr. Paulo Nogueira-Neto; do Ministério das
0010 Relações Exteriores, Ministro Gilberto Vergne Sabóia; do Mi
0011 nistério dos Transportes, Sr. Laury Pereira Barcelos e Su
0012 plente, Sr. Jorge Otávio de Carvalho Armando; do Ministério
0013 da Agricultura, Sr. Luiz Fernando Monteiro, suplente do Se
0014 cretário Nacional de Defesa Agropecuária; Sr. Fuad Alzu
0015 guir, suplente do Superintendente do Desenvolvimento da Pes
0016 ca, Sra. Maria Tereza Jorge Pádua, suplente do Presidente
0017 do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal; do Mi
0018 nistério da Saúde, Sr. Sadi Coutinho Filho, suplente do Pre
0019 sidente da Fundação Serviços de Saúde Pública; do Ministé
0020 rio da Indústria e do Comércio, Sr. Clovis Walter Rodri
0021 gues, suplente do Secretário Executivo do Conselho Nacional
0022 do Alcool; Sr. Ernesto Carrara Junior, suplente do Secretá
0023 rio Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Indus
0024 trial; do Ministério das Minas e Energia, Sr. Goki Tsuzuki,
0025 suplente do Diretor Geral do Departamento Nacional de Águas
0026 e Energia Elétrica; Sr. José Belfort dos Santos Bastos, Di
0027 retor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral;
0028 Sra. Anamélia Habib Mendonça, suplente do Presidente da Co
0029 missão Nacional de Energia Nuclear; da Secretaria de Plane
0030 jamento da Presidência da República, Sr. Mozart de Abreu Li
0031 ma suplente do Presidente do Instituto de Planejamento Eco
0032 nômico e Social; do Ministério da Reforma e Desenvolvimento

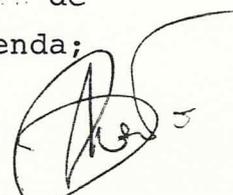
0033 Agrário, Sr. George William Prescott, suplente do Presiden
0034 te do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
0035 do Ministério da Ciência e Tecnologia, Sr. Geraldo Sá No
0036 gueira Batista, do Ministério da Cultura, Sra. Briane Elisa
0037 beth Bicca, Suplente do Secretário do Patrimônio, do Minis
0038 tério do Interior, Sra. Lysia Maria Cavalcanti Bernardes;
0039 do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Sr.
0040 Gervásio Cardoso de Oliveira Filho, Secretário Executivo
0041 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano; do Ministé
0042 rio da Fazenda, Sr. Elyeser de Souza Cavalcante; do Governo
0043 do Estado da Bahia, Sr. Ivam Barreto de Carvalho Filho; do
0044 Governo do Estado de Minas Gerais, Sr. Roberto Messias Fran
0045 co; do Governo do Estado de Pernambuco; Sr. Paulo José Bar
0046 bosa; do Governo do Estado do Espírito Santo, Sr. Augusto Rus
0047 chi; do Governo do Estado do Maranhão, Sra. Valmira Vieira
0048 Mecnas, do Governo do Estado do Mato Grosso, Sr. Antonio
0049 Alberto Shommer; do Governo do Estado de Mato Grosso do
0050 Sul, Sr. João Pedro Cuthi Dias; do Governo do Estado do Para, '
0051 Sra. Rosyan Campos de Caldas Brito; do Governo do Estado do
0052 Rio Grande do Norte, Sra. Délia Maria dos Santos Fernandes;
0053 do Governo do Estado de Rondônia, Sr. Augusto Sérgio Pin
0054 to da Silveira; do Governo do Estado do Paraná, Sr. Nelton
0055 Miguel Friedrich; do Governo do Estado do Rio de Janeiro,
0056 Sr. Luiz Alfredo Salomão; do Governo do Estado do Rio Gran
0057 de do Sul, Wladimir Ortiz da Silva; do Governo do Estado de
0058 Santa Catarina, Sr. José Márcio Marques Vieira; do Governo
0059 do Estado de São Paulo, Sr. José Pedro de Oliveira Costa; do
0060 Governo do Estado de Alagoas, Sr. José Roberto da Fonseca e
0061 Silva; do Governo do Estado de Goiás, Sr. Antonio Garcia; do
0062 Governo do Estado do Ceará, Sr. Antonio Renato Lima Aragão;
0063 do Governo do Estado de Sergipe, Sr. Sérgio Barreto de Melo;
0046 do Governo do Território do Amapá, Sr. Aluisio Carvalho Gui
0065 di, do Governo do Território Federal de Roraima, Sr. Elton
0066 Nunes; do Governo do Distrito Federal, Sr. Roosevelt Nader;
0067 da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Hessel Horácio
0068 Cherkassky, da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Mú
0069 cio Teixeira, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitá
0070 ria e Ambiental, seu Presidente, Sr. Walter Pinto Costa e Suplen
0071 te, Sr. Luiz Gonzaga de Souza Fagundes; do Presidente da



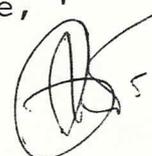
0072 Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, Alte.
0073 Ibsen de Gusmão Câmara; Após verificado o "Quorum", o Pre
0074 sidente passou a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Pau
0075 lo Nogueira-Neto, o qual submeteu aos Conselheiros a apro
0076 vação da Pauta Extraordinária, que foi distribuída aos
0077 Conselheiros antes da Reunião e deu início a leitura
0078 das proposições apresentadas em regime de urgência: Propo
0079 sição nº 09/85: Determina a criação de uma Câmara Técnica
0080 com o objetivo de estabelecer parâmetros para o Zoneamen
0081 to Residencial e Industrial (Processo SEMA nº 1375/85
0082 Ref. CONAMA 021/85) por proposta de sua Secretaria Execu
0083 tiva; Proposição nº 10/85 estabelece normas para o trans
0084 porte de Produtos perigosos (Processo SEMA nº 1376/85 Ref.
0085 CONAMA nº 20/85) apresentada pela Secretaria executiva e
0086 Proposição nº 11/85 - Recomenda que nos Programas de ação
0087 do Plano Nacional de Reforma Agrária e suas respectivas
0088 Diretrizes Operacionais sejam cuidadosamente considerados
0089 os preceitos do Estatuto da Terra (Processo SEMA nº 1378/85
0090 Ref. CONAMA nº 22/85, apresentada pelo representante da
0091 Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza -FBCN,
0092 Alte. Ibsen de Gusmão Câmara. Em seguida o Secretário Exe
0093 cutivo, passou a palavra ao Presidente do CONAMA que colo
0094 cou em votação a pauta extraordinária que foi aprovada com
0095 a ressalva do Conselheiro representante do Ministério dos
0096 Transportes, Sr. Jorge Otávio de Carvalho Armando, que SO
0097 licitou que a Proposição nº 10/85 não constasse dessa pau
0098 ta mas fosse inserida na pauta da próxima reunião pois os
0099 órgãos técnicos do Ministério dos Transportes estão fazen
0100 do um estudo profundo sobre a transformação do Decreto nº
0101 88.221. A seguir o Presidente do CONAMA passou ao item III
0102 da pauta; leitura, discussão e votação das atas da 4ª e 5ª Reuniões
0103 e autorizou ao Secretário Executivo a proceder a leitura das mesmas.
0104 O Conselheiro Representante do Estado do Ceará, Sr. Antonio Renato
0105 Lima Aragão, propôs a dispensa da leitura das atas. O Presidente do
0106 CONAMA concedeu a dispensa da leitura das atas e submeteu-as à vota
0107 ção, que foram aprovadas com as seguintes ressalvas: do representante
0108 da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Múcio Teixeira informou
0109 que na Ata da 5ª Reunião Ordinária não ficou registrada a
0110 sua presença. Foram empossados também na ocasião os
0111 seguintes membros suplentes: Sr. Renato Tarquínio Bitten



0112 court, Representante da Comissão Interministerial para os
0113 Recursos do Mar; Sr. Ministro Gilberto Vergne Sabóia, Repre
0114 sentante do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Jorge
0115 Otávio de Carvalho Armando, Representante do Conselho Nacio
0116 nal de Transportes; Sr. Luiz Fernando Monteiro, Representan
0117 te da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária; Sr. Fuad
0118 Alzuguir, Representante da Superintendência do Desenvolvi
0119 mento da Pesca; Sra. Maria Tereza Jorge Pádua, Representan
0120 te do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, Sr.
0121 Diogo José Ayrimoraes Soares, Representante do Conselho Fe
0122 deral de Educação; Sr. José Aduardo Freire de Menezes, Re
0123 presentante da Secretaria de Segurança e Medicina do Traba
0124 lho; Sr. Eric Jenner Rosas, representante da Secretaria Na
0125 cional de Vigilância Sanitária; Sr. Sadi Coutinho Filho; Re
0126 presentante da Fundação Serviços de Saúde Pública, Sr. Cló
0127 vis Walter Rodrigues Representante do Conselho Nacional do
0128 Álcool, Sr. Ernesto Carrara Junior; representante do Conse
0129 lho Nacional de Desenvolvimento Industrial; Sr. Ayrton de
0130 Moraes Baffa, representante da Empresa Brasileira de Turis
0131 mo; Sr. Goki Tsuzuki, representante do Departamento Nacio
0132 nal de Águas e Energia Elétrica; Sr. Sylvio Baeta Neves, Re
0133 presentante do Departamento Nacional de Produção Mineral ;
0134 Sr. Antonio Carlos Tatiz Holtz, representante das Centrais'
0135 Elétricas Brasileiras S.A., Sra. Anamélia Habib Mendonça,
0136 Representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear; Sr.
0137 Mozart de Abreu Lima, representante do Instituto de Planeja
0138 mento Econômico e Social; Sr. George Willian Prescott, Re
0139 presentante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma'
0140 Agrária; Sr. Geraldo Sá Nogueira Batista, Representante do
0141 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnolôgi
0142 co; Sr. Justino Mariano Marcos, Representante da Secretaria
0143 da Cultura; Sra. Briane Elisabeth Bicca, Representante do
0145 Ministério da Cultura - Patrimônio; Sra. Liúba Fainzilber'
0146 Gutman, Representante do Ministério do Interior; Sr. Maurí
0147 cio Sá Nogueira Batista, representante do Conselho Nacional
0148 de Desenvolvimento Urbano; Sr. Jefferson de Almeida, Repre
0149 sentante do Departamento Nacional de Obras e Saneamento; Ten.
0150 Cel. Aviador Múcio Agostinho Henrique Guimarães; Represen
0151 tante do Estado-Maior das Forças Armadas; Sr. Elyeser de
0152 Souza Cavalcante, Representante do Ministério da Fazenda;



0153 Sr. Enildo Carvalhinho, representante do Governo do Es
0154 tado do Espírito Santo; Sra. Terezinha de Jesus Almeida
0155 da Silva Rego, representante do Governo do Estado do
0156 Maranhão; Sr. Paulo dos Santos Leite, representante do
0157 Governo do Estado do Mato Grosso; Sr. Odon Pereira de
0158 Oliveira, representante do Governo do Estado do Mato
0159 Grosso do Sul; Sr. Hildemberg Rodrigues, representante
0160 do Governo do Estado do Pará; Sr. Antonio Adala Carnib,
0161 representante do Governo do Estado do Piauí; Sr. Alberto
0162 Antonio Dahia, representante do Governo do Estado da Pa
0163 raíba; Sra. Dêlia Maria dos Santos Fernandes, represen
0164 tante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Sr. Sér
0165 gio Pinto da Silveira, representante do Governo do Es
0166 tado de Rondônia; Sra. Lídia Loureiro da Cruz; represen
0167 tante do Governo do Estado da Amazonas; Sr. Antonio Re
0168 nato Lima Aragão, representante do Governo do Estado do
0169 Ceará; Sr. Sergio Barreto de Melo, representante do Go
0170 verno do Estado de Sergipe; Sr. Antonio da Silva Fari
0171 as, representante do Governo do Território Federal do
0172 Amapá; Sr. Elton Nunes, representante do Território
0173 Federal de Roraima; O Conselheiro representante do Go
0174 verno do Estado do Paraná, Sr. Nelton Miguel Friedrich,
0175 solicitou a correção na linha 383 da Ata da 4a. Reunião
0176 Ordinária passando a ter a seguinte redação: "concedeu a
0177 palavra ao representante da Associação de Defesa e Edu
0178 cação Ambiental do Paraná" ; o Sr. José Roberto da Fon
0179 seca e Silva, representante do Governo do Estado de Ala
0180 goas, solicitou alteração nas linhas 90 e 91 da Ata da
0181 5ª Reunião Ordinária para "Oswaldo Viegas", seu suplen
0182 te, que representou o Estado de Alagoas naquela ocasi
0183 ão, a seguir o Presidente do CONAMA submeteu aos Conse
0184 lheiros a aprovação das Atas que foram aprovadas, em se
0185 guida passou a palavra ao Secretário Executivo que fez
0186 a leitura do Expediente e uma sucinta explanação sobre
0187 as proposições enviadas à Secretaria Executiva; O Ins
0188 tituto de Preservação e Controle Ambiental do Estado do
0189 Mato Grosso do Sul - INAMB enviou uma proposta de reso
0190 lução no sentido de que o IBDF aplique, efetivamente,



0194 as importâncias oriundas da reposição florestal nos Es
0195 tados onde ocorrem exploração através de projetos elabo
0196 rados pelo próprio IBDF para que os recursos sejam uti
0197 lizados na aquisição de áreas naturais, em resposta a
0198 esta proposição a Secretaria Executiva sugeriu que fos
0199 se feita uma sugestão do Conselho ao IBDF, pois resolu
0200 ções estabelecem normas e não se é possível impor nor
0201 mas a um assunto legalmente afeto ao IBDF; a Superin
0202 tendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
0203 SUDECO enviou ofício solicitando a sua inclusão no Ple
0204 nário do CONAMA e sugeriu a criação de uma Câmara
0205 Técnica para atender a um acordo firmado entre a SEMA
0206 e o Banco Mundial na área do POLONOROESTE; o Secretário
0207 Executivo informou que foi firmado um acordo de traba
0208 lho, porque a SEMA não tem poderes para firmar acordo
0209 com o Banco Mundial, pois isso caberia ao Ministro e
0210 não à SEMA, e por se tratar de um assunto extremamente
0211 complexo, achou melhor estudar mais detidamente o assun
0212 to antes de fazer uma proposta concreta sobre essa ques
0213 tão ; outra proposição enviada à Secretaria Executiva
0214 diz respeito a uma solicitação formulada pelo Conselhei
0215 ro José Pedro de Oliveira Costa, Representante do Gover
0216 no do Estado de São Paulo, no sentido de que o CONAMA
0217 declare como Patrimônio Ecológico Nacional, a Serra do
0218 Mar; o Secretário Executivo informou que a referida pro
0219 posta foi anteriormente submetida à Comissão da Serra
0220 do Mar onde está sendo estuddada conjuntamente com
0221 outras propostas a fim de ser formulada uma sugestão
0222 concreta sobre o assunto; O Secretário Executivo infor
0223 mou que em relação à Resolução CONAMA nº 012/85 que de
0224 termina um prazo de 360 dias para que o DNOS apresente
0225 estudos de Avaliação de Impacto Ambiental em obras rea
0226 lizadas ou em execução no Estado do Rio de Janeiro, re
0227 cebeu ofício da Presidência da Comissão informando que
0228 solicitou ao DNOS, o resultado final dos referidos estu
0229 dos, tendo em vista a proximidade do término do prazo
0230 concedido. O Secretário informou ainda que foi enviado
0231 telex ao DNOS solicitando que esses estudos tenham a
0232 sua conclusão dentro do prazo previsto. Em seguida o



0233 Presidente do CONAMA passou ao ítem VI da Pauta que Tra
0234 ta da ordem do dia e chamou os Conselheiros a virem à mesa para se
0235 inscreverem nos pedidos de destaque ou de vista das proposições e
0236 nos assuntos de Ordem Geral, em seguida passou a palavra ao Secre
0237 tário Executivo que fez uma série de esclarecimentos sobre os pro
0238 cedimentos adotados com relação aos pedidos de vista e destaque, '
0239 conforme o estabelecido no Regimento Interno do CONAMA, e inter
0240 rompeu a Reunião para que se efetivassem as inscrições . A seguir
0241 o Presidente do Conselho reiniciou os Trabalhos passando a pala
0242 vra ao Secretário Executivo, que passou a apresentação das várias
0243 proposições constantes da pauta: Proposição nº 01/85 Alteração do
0244 Regimento Interno por proposta de sua Secretaria Executiva (Proces
0245 so SEMA nº 001162/84 Referência CONAMA nº 001/85) o Representante'
0246 do Governo do Estado do Paraná, Sr. Cicero Jayme Bley Junior, pe
0247 diu vista dessa proposição e apresentou substitutivo. A Secretaria
0248 Executiva concordou com as ponderações do Conselheiro Cícero Jay
0249 me Bley Junior e retirou a referida proposta de pauta, tendo em '
0250 vista que é necessária uma reformulação do Regimento Interno do
0251 CONAMA para adequá-lo ao novo Decreto; Proposição nº 02/85 - Esta
0252 belecimento de diretrizes para as Ações de Educação Ambiental, no
0253 âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA (Processo SFMA
0254 002048/84 - Referência CONAMA nº 004/85); O representante do Esta
0255 do do Rio de Janeiro, Sr, Luiz Alfredo Salomão, havia pedido vis
0256 ta dessa proposição apresentada pela Secretaria Executiva do
0257 CONAMA, O Secretário Executivo retirou de pauta a proposição, por
0258 entender que há necessidade de um debate bem mais amplo sobre o
0259 assunto e ressalvou a intenção da Secretaria Especial do Meio Ambi
0260 ente em promover, com a participação inclusive do Sr. Ministro, um
0261 seminário a nível nacional para debater essa questão das diretri
0262 zes referentes à Educação Ambiental; Proposição nº 03/85 - locali
0263 zação das destilarias de álcool no Pantanal Matogrossense (Proces
0264 so SEMA nº 0140/85 - Referência CONAMA nº 02/85) - O Secretário '
0265 Executivo fez uma breve explanação sobre essa Proposição, apresen
0266 tada pelo representante do Ministro da Educação e Cultura, Profes
0267 sor Cleber José Rodrigues Alho, da antiga composição do Conselho
0268 e o Sr. Hessel Cherkassky, representante da Confederação Nacional
0269 da Indústria na ocasião, sugeriu a criação de uma Comissão para
0270 que o assunto fosse examinado mais amplamente . A seguir chamou os
0271 inscritos a se pronunciarem sobre essa Proposição. O Conselheiro

0272 representante do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. João
0273 Pedro Cuthi Dias solicitou ao Secretário Executivo a permissão pa
0274 ra fazer uma pequena consideração a respeito da questão de Educa
0275 ção Ambiental, onde ressaltou a idéia de se fazer um seminário, in
0276 clusive para se conhecer todas as experiências que estão sendo rea
0277 lizadas no Brasil sobre esse assunto; salientou ainda, da importân
0278 cia de se viabilizar recursos por parte do Ministério do Meio Ambi
0279 ente, da Educação ou dos órgãos estaduais que atuem no setor. Em
0280 seguida o Presidente do CONAMA informou ao Conselheiro João Pedro
0281 Cuthi Dias que quando o Dr. Paulo Nogueira-Neto, Secretário Execu
0282 tivo do CONAMA, levou a idéia de montar um seminário sobre Educa
0283 ção Ambiental, a preocupação era que este seminário ocorresse até
0284 o final de outubro, uma vez que se entendia ser necessário que esse
0285 trabalho de Educação Ambiental começasse a partir do primeiro se
0286 mestre de 86; pois o mesmo atende a essa preocupação e que as suas
0287 conclusões deveriam ser apresentadas em novembro, salientou ainda,
0288 que a importância desse seminário é justamente definir a ação es
0289 tratégica e, a partir daí, termos condições de pleitear, junto ao
0290 Ministério da Educação e do próprio Ministério de Desenvolvimento'
0291 Urbano e Meio Ambiente, recursos para implementá-lo; em seguida o
0292 Conselheiro Representante do Governo do Estado de Mato Grosso do
0293 Sul, Sr. João Pedro Cuthi Dias, fez a leitura de um documento que
0294 a Sociedade de Defesa do Pantanal - SODEPAM encaminhou através de
0295 ofício ao Presidente do CONAMA, posicionando-se contrária à insta
0296 lação de indústrias na Bacia Hidrográfica do Rio Paraquai e suge
0297 riu aos Conselheiros que fosse mantida a Resolução CONAMA referen
0298 te a proibição de implantação de Destilarias de Alcool no Pantanal,
0299 até que a Comissão apresente proposta de uma nova resolução; e fez
0300 uma proposta no sentido de que a Comissão tenha auto suficiência
0301 financeira para que seus membros possam in loco discutir, avaliar
0302 e verificar os impactos negativos já causados pelas usinas em fun
0303 cionamento, e que o resultado da Comissão fosse discutido em ple
0304 nário para posterior votação; A seguir o Secretário Executivo pas
0305 sou a palavra ao Alté. Ibsen de Gusmão Câmara, representante da fun
0306 dação Brasileira para a Conservação da Natureza, que ressaltou a
0307 necessidade de se fazer um estudo com mais objetividade. A seguir,
0308 a Sra. Maria Tereza Jorge Pádua, representante do Instituto Brasi
0309 leiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, fez uma proposta no sen
0310 tido de que o IBDF, assim como a SUDEPE, fizessem parte da referi
0311 da Comissão, uma vez que são órgãos afetos ao problema; o Sr. Se

0312 cretário Executivo informou que a proposta seria votada oportuna
0313 mente. Em seguida, o Sr. Antonio Alberto Shommer, representante do
0314 Governo do Mato Grosso, propôs que se fizesse uma resolução mais
0315 abrangente, recomendando o urgente zoneamento agroindustrial para a
0316 Bacia Hidrográfica do Rio Paraquai, enfocando, assim, todos os seto
0317 res que possam de uma forma ou outra, poluir ou degradar o ecossiste
0318 ma pantaneiro. Prosseguindo, o Presidente do CONAMA, Ministro Flávio
0319 Peixoto da Silveira, ressaltou a preocupação que há em relação à par
0320 ticipação dos estados de Minas Gerais e Goiás nessa Comissão, princi
0321 palmente no tocante a Goiás, pois sendo um estado vizinho, exerce in
0322 fluência no Pantanal, havendo um entendimento geral, o Sr. Secretário
0323 Executivo informou que o assunto seria votado com o texto completo
0324 e passou, então, à leitura da Proposição nº 4/85 - Estabelecimento
0325 de definições referentes às Reservas Ecológicas Públicas e Particula
0326 res (Processo SEMA 0159/85, Referência CONAMA nº 03/85). Após uma
0327 breve explanação, o Sr. Secretário Executivo concedeu a palavra a to
0328 dos os Conselheiros inscritos para se pronunciarem sobre a referida
0329 proposta; o Conselheiro Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, represen
0330 tante da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza explicou
0331 que na definição "morro ou monte", houve um equívoco quando foi dito
0332 "encostas com declividade superior a 3%, aproximadamente 17%" o cer
0333 to é 30%, pedindo em seguida que fosse concedida a palavra ao Sr.
0334 Rui Feuerschuette, Procurador de Meio Ambiente do Instituto de Ter
0335 ras, Cartografia e Florestas da Secretaria de Agricultura do Estado
0336 do Paraná que apresentou uma proposta na forma de projeto da lei on
0337 de o CONAMA é autorizado a aprovar a delimitação das florestas e de
0338 mais formas de vegetação natural de preservação permanente situadas
0339 nas áreas metropolitanas definidas em lei; a seguir o Secretário Exe
0340 cutivo passou a palavra ao Conselheiro Alt. Ibsen de Gusmão Câmara,
0341 representante da FBCN, que afirmou que no seu entendimento a propos
0342 ta do Sr. Rui Feuerschuette não tem fundamento legal, tendo em vis
0343 ta que a lei não pode ser alterada por resolução do CONAMA ou mesmo
0344 por um decreto; em seguida a Sra. Maria Tereza Jorge Pádua, re
0345 presentante do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
0346 Florestal, propôs alteração via projeto de lei da alínea
0347 I do Código Florestal, alegando que a mesma é excessiva.
0348 O Sr. Secretário Executivo, concordou com a proposta da represen
0349 tante do IBDF, sugerindo a elaboração de um projeto de lei
0350 propondo que as excessões ao Artigo 2º do Código Florestal
0351 fossem estabelecidas pelo CONAMA; em seguida passou a pala

0352 vra ao Conselheiro Representante da Confederação Nacional
0353 da Agricultura, Sr. Múcio Teixeira, falando em nome da Con
0354 federação Nacional da Indústria, propos a supressão do Art.
0355 5º da proposição e a previsão de artigo assegurando o direi
0356 to das indústrias que se acham instaladas, ou em fase de
0357 instalação, nessas áreas. Propos, ainda, que, em se forman
0358 do uma Comissão para estudar a preservação do ecossistema
0359 pantaneiro, fossem incluídas a Confederação Nacional da In
0360 dústria e a Confederação Nacional da Agricultura. Em segui
0361 da, o Conselheiro Representante do Governo do Estado de San
0362 ta Catarina, Sr. José Marcio Marques vieira, solicitou que se
0363 fizesse alterações no Art. 2º da referida proposta; com re
0364 lação a pouso de aves, acrescentar a expressão "ou descans
0365 so", com relação a aves de arribação, suprimir o termo "pa
0366 ra regiões definidas", e com relação a última letra, "s"
0367 vegetação natural", suprimir o termo "predominantemente", e
0368 quanto à última expressão "sucessão ecológica" suprir "natu
0369 ral" e ficar só com "sucessão ecológica", assim sendo, foi
0370 posta em votação, em bloco, a referida proposta de resolu
0371 ção, sendo aprovada unanimemente, A seguir passou à votação
0372 dos itens sobre os quais foram apresentados emendas ou pro
0373 postas de modificação. A primeira modificação foi proposta
0374 pela Conselheira Maria Tereza Jorge Pádua, que propos a ela
0375 boração de um projeto de lei para ser apresentado na próxi
0376 ma reunião do CONAMA, referente a alínea "i" do artigo 2º
0377 do Código Florestal, que foi aprovada pelo plenário; A se
0378 gunda proposta de modificação foi sugerida pelo representan
0379 te da Confederação Nacional da Agricultura, endossando a
0380 proposta anteriormente feita pelo representante da Confede
0381 ração Nacional da Indústria no sentido de que seja suprimi
0382 do o Art. 5º da proposta em discussão, alegando que a ado
0383 ção de procedimentos mais restritivos exigiria a existência
0384 de parâmetros bem definidos, que regulem a competência dos
0385 estados e municípios; em seguida, o Conselheiro Luiz Alfre
0386 do Salomão, pedindo a palavra, discordou da proposta apre
0387 sentada pelo representante da Confederação Nacional da Agri
0388 cultura, tendo em vista que a alegação feita não é proceden

0389 te já que os parametros foram fixados em 1934, reforçados '
0390 em 1965 e completados por sucessivas deliberações dos ór
0391 gãos ambientais dos Estados. A seguir, o representante da
0392 Confederação Nacional da Agricultura, justificou sua propos
0392 ta por entender que a permanência do termo "mais restriti
0394 vo" é uma indução ao estado e ao município exigirem mais,
0395 sem se lembrarem de que o desenvolvimento econômico tem que
0396 marchar compatibilizado ao desenvolvimento do ecossistema .
0397 Tendo o assunto sido bastante debatido, o Sr. Secretário '
0398 Executivo colocou em votação a supressão do Art. 5º votação
0399 nominal, atendendo ao pedido do Conselheiro Luiz Alfredo Sa
0400 lomão; obtendo os seguintes resultados: 07 abstenções, 33
0401 pela manutenção e 02 pela supressão. Assim sendo, ficou de
0402 cidido pela manutenção do Art. 5º continuando, o Sr. Secre
0403 tário Executivo colocou em votação as emendas propostas pe
0404 lo Conselheiro José Marcio Marques Vieira representante do Governo
0405 de Santa Catarina, sendo aprovadas o acréscimo do Termo "ou
0406 descansam " na alínea "a" do Art. 2º, supressão do termo '
0407 "regiões definidas" da alínea "b" do artigo 2º. Em seguida,
0408 o representante do Governo do Estado de Santa Catarina, su
0409 geriu que fossem interrompidos os trabalhos tendo em vista
0410 que o tema "áreas naturais" é por demais complexo e polêmi
0411 co, ficando a discussão e votação para o período da tarde.
0412 O Sr. Presidente do CONAMA, Dr. Flávio Peixoto, encerrou os
0413 trabalhos pedindo licença para não retornar à reunião, e
0414 passou a presidência ao Sr. Secretário Executivo, Dr. Paulo
0415 Nogueira-Neto. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Pre
0416 sidente, colocou em votação as duas propostas anteriormente
0417 apresentadas, referentes à Proposição nº 4, ficando aprova
0418 da a supressão da definição de "vegetação natural"; em se
0419 guida passou à leitura da Proposição nº 05/85 - Estudo de
0420 Impacto Ambiental nas Hidrelétricas em fase de construção e
0421 nas que serão implantadas em futuro próximo. (Processo SEMA
0422 0170/85 Ref. CONAMA 005/85). Passando a palavra ao Conse
0423 lheiro Luiz Alfredo Salomão, representante do Governo do Es
0424 tado do Rio de Janeiro, que após ter feito uma breve expla
0425 nação sobre o seu substitutivo, explicou ser este mais abran

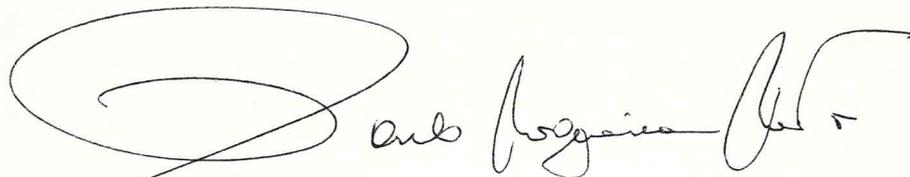
0427 gente, uma vez que não apenas as barragens mas uma série de
0428 outras obras de infra-estrutura seriam antecedidas pela exe
0429 cução de relatórios de impacto ambiental, solicitou, então,
0420 ao Secretário do CONAMA que submetesse à discussão dos Srs.
0431 Conselheiros a proposta apresentada na sua versão original'
0432 tendo em vista que a proposta apresentada pela Secretaria
0434 Executiva trata-se de uma versão que não corresponde aos ob
0435 jetivos definidos na proposta do referido Conselheiro na
0436 qual, inclusive, foi introduzida uma mudança conceitual, '
0437 que se supõe feita com a concordância dos autores do docu
0438 mento, ao definir no art. 1º, o que é impacto ambiental; e
0439 que, segundo o Conselheiro Luiz Alfredo Salomão, tal defini
0440 ção lhe parece uma alternativa sofrível e, conceitualmente,
0441 equivocada; Ressaltando que a redação original já foi fru
0442 to da tentativa de evitar confusão, e que procurou amarrar
0443 a definição de impacto ambiental ao conceito amplo, competen
0444 te de poluição, que é bastante abrangente, pelo menos na le
0445 gislação do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de dizer
0446 que "para efeito de resolução, é impacto ambiental qualquer
0447 alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas '
0448 do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou
0449 energia, resultante das atividades humanas que, direta ou
0450 indiretamente, afetem a saúde, a segurança, o bem estar da
0451 população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as
0452 condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qua
0453 lidade dos recursos ambientais". Dessa forma solicitou à
0454 mesa que fosse considerada a proposta em sua versão origi
0455 nal, isto é, com a definição contida no Art. 1º, conforme '
0456 apresentada no parecer, e com a exclusão do 3º e Art. 10º .
0457 Dando prosseguimento o Sr. Secretário Executivo Dr. Paulo
0458 Nogueira-Neto, presidindo os trabalhos, fez uma série de
0459 considerações explicando aos Conselheiros que a proposta
0460 apresentada não visava ser uma proposta substitutiva à pro
0461 posta do Conselheiro Luiz Alfredo Salomão, mas sim, um con
0462 senso entre a Secretaria Executiva e o próprio Conselheiro,
0463 tendo em vista ter sido realizada na SEMA, uma reunião com
0464 a participação da assessora do referido Conselheiro, Dra.
0465 Iara Verokai; objetivando um consenso entre as propostas;
0466 mas pelas declarações do Conselheiro não se chegou a um tex



0447 to comum. Em seguida, o Conselheiro Luiz Alfredo Salomão,
0468 sugeriu que a discussão fosse feita sobre a versão adapta
0469 da para que se pudesse avaliar a conceituação e a sistemáti-
0470 ca prevista na referida versão. Em seguida, o Sr. Secretá
0471 rio Executivo, concedeu a palavra aos Conselheiros inscri
0472 tos para falar sobre a Proposição nº 5; o Conselheiro Repre
0473 sentante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Wla
0474 dimir Ortiz da Silva, sugeriu a retirada de pauta da referi
0475 da Proposição, afim de que a mesma fosse adequada para, en
0476 tão, ser discutida no plenário do CONAMA. Prosseguindo, o
0477 Conselheiro Representante do Governo do Estado do Mato Gro
0478 sso, Sr. Antônio Alberto Shommer, concordou não somente com
0479 a proposta do Conselheiro Wladimir Ortiz da Silva, como pro
0480 pos também que fosse convocada uma reunião extraordinária
0481 do CONAMA para, então, a vista do trabalho original do Con
0482 selheiro Luiz Alfredo Salomão, o CONAMA estudasse o assunto
0483 e se manifestasse sobre o mesmo. Após serem ouvidos todos
0484 os Conselheiros que quiseram se manifestar, o Sr. Secretá
0485 rio Executivo colocou em votação se a proposta apresentada
0486 pelo Conselheiro Luiz Alfredo Salomão, deveria ser conside
0487 rada o texto básico para a futura discussão e se haveria
0488 uma reunião extraordinária para tratar desse assunto; ambas
0489 aprovadas pela maioria dos presentes; em seguida o Sr. Se
0490 cretário Executivo, atendendo solicitação do Conselheiro Sr.
0491 José Marcio Marques Vieira, representante do Governo do Es
0492 tado de Santa Catarina, concordou em que as emendas sejam
0493 encaminhadas à Secretaria Executiva, com maior anteceden-
0494 cia, para que possam ser distribuídas a todos os conselhei
0495 ros, em tempo hábil de serem estudadas; Proposição nº 06-
0496 Estabelece diretrizes para a implementação do Sistema Nacio
0497 nal de Informações sobre o Meio Ambiente - (Processo SEMA
0498 0195/85 - Ref. CONAMA 006/85), o Secretário Executivo reti
0499 rou de pauta essa proposição, por entender que há necessida
0500 de de maiores estudos sobre a mesma, em seguida a Sra. Rosy
0501 am Campos de Caldas Brito, Representante do Governo do Esta
0502 do do Pará, solicitou a inclusão, na próxima reunião extra
0503 ordinária do CONAMA, do Projeto de Lei nº 4.970 que trata



0504 da Política Florestal para a Amazônia considerando a impor
0505 tancia do assunto; em seguida o Secretário Executivo colo
0506 cou em votação a inclusão dessa matéria a qual foi aprovada
0507 pela maioria dos presentes; A seguir, O conselheiro Antonio
0508 Renato de Lima Aragão, representante do Governo do Estado '
0509 do Ceará, solicitou verificação de "quorum", não havendo,
0510 o Sr. Secretário Executivo, comunicou aos Srs. Conselheiros
0511 que as Proposições que não foram objeto de discussão consta
0512 rão da pauta da reunião extraordinária; em seguida, o Con
0513 selheiro Ibsen de Gusmão Câmara, Representante da Fundação
0504 Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN, propos
0505 que a 3ª Reunião Extraordinária, seja realizada em dois di
0506 as consecutivos, para que todos os assuntos possam ser dis
0507 cutidos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Secretário Execu
0508 tivo agradeceu a presença de todos os Conselheiros e deu
0509 por encerrada a sessão. E para constar, lavrou-se a presente
0510 ata que vai assinada por mim, Secretário do Conselho Nacio
0511 nal do Meio Ambiente - CONAMA:

 Paulo Rogério

 S